



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo  
Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria Municipal de Administração – SEMAD  
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO

Of. nº 10/505 – SEMAD/DGD/JMG

Novo Hamburgo, 21 de novembro de 2013.

Assunto: **Resposta a Requerimento nº 1131/2013.**

Senhor Presidente,

Em atenção ao Requerimento nº 1131/2013, protocolado sob nº 66570/2013-9, de autoria do nobre Vereador Issur Koch, esclarecemos que a 1ª Conferência Municipal de Educação estabeleceu princípios e diretrizes organizados (conforme documento final, em anexo), que serão referência para todo o trabalho, conforme Plano de Metas da SMED.

Destaca-se que nos seis eixos, os princípios e diretrizes estabelecidos estão contemplados no Projeto Político Pedagógico – PPP – de cada escola (elaborado em 2012), no Regimento Escolar (em análise no Conselho Municipal de Educação) e nos Planos de Estudos (em fase de elaboração pela SMED – constituída comissão), com implementação para 2014.

Salienta-se que todas as ações da SMED estão pautadas no documento referência da 1ª Conferência Municipal da Educação.

Atenciosamente,

LUIS LAUERMANN

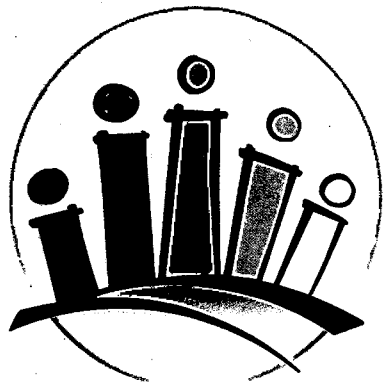
Prefeito Municipal

Ao Senhor  
ANTONIO LUCAS  
Presidente da Câmara de Vereadores  
NOVO HAMBURGO – RS

Câmara Municipal de Novo Hamburgo



PROCOLO GERAL 0000953  
Data: 25/11/2013 Horário: 13:15  
Administrativo -



MINHA CIDADE, MEU LAR  
**NOVO HAMBURGO**  
ADMINISTRAÇÃO POPULAR  
Secretaria Municipal de  
Educação e Desporto  
SMED

Rua Guia Lopes, 4201 - Bairro Canudos  
CEP: 93.410-340 - Novo Hamburgo - (51)3594.9999  
<http://conferenciaedu.novohamburgo.rs.gov.br>

# 1ª Conferência Municipal de Educação

Construindo juntos uma educação de qualidade



Princípios e Diretrizes  
- Documento Final -



## 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### Princípios e Diretrizes - Documento Final

EIXO 1 – CONHECIMENTO: CURRÍCULO, TEMPOS E ESPAÇOS NA ESCOLA			
PRINCÍPIOS		DIRETRIZES	
1	O conhecimento é um processo humano, histórico, inacabado e, por isso, sempre possível de ser renovado através de diferentes criações culturais.	80	Valorizar todas as formas de conhecimento, experiências prévias, saberes coletivos e de conteúdos formais.
2	O conhecimento é um processo que busca entender, explicar e contribuir para a transformação de um mundo em constantes mudanças.	81	Proporcionar situações em que o aluno possa refletir sobre sua realidade, agir e transformá-la.
3	O conhecimento se constrói, coletivamente, com a participação de toda a comunidade: professores, pais, alunos, funcionários e equipe diretiva, bem como com todo o poder público, a fim de garantir a construção deste conhecimento.	82	Integrar os diferentes segmentos da comunidade escolar, para que haja um sentimento de pertencimento a este grupo e, assim, valorizar as diferentes culturas e experiências que ampliem as possibilidades de aprendizado.
		83	Construir um currículo com a participação de todos os envolvidos no processo educativo, visando ao desenvolvimento integral do aluno.
		84	Proporcionar atividades recreativas, esportivas, artísticas, ecológicas e de apoio escolar que permitam mais oportunidades de aprendizagem, com profissionais qualificados ou pessoas em notório saber reconhecido.
4	Todo sujeito traz consigo conhecimentos. Para tanto, faz-se necessária uma educação dialógica, na qual ocorra a troca de saberes e informações de forma acessível, considerando a diversidade.	85	Reconhecer e valorizar a diversidade como elemento constitutivo do processo de ensino e aprendizagem.
		86	Construir o conhecimento na interação com o outro, através de vivências significativas e prazerosas.
5	A escola é uma instituição que tem como finalidade a socialização dos conhecimentos e saberes adquiridos e construídos ao longo da história, assim como a valorização do sujeito e dos conhecimentos trazidos consigo.	87	Elaborar o PPP (Projeto Político Pedagógico) e os Planos de Estudos, contemplando os saberes clássicos das várias ciências e as experiências de vida.
		88	Ampliar vagas nas escolas de Educação Infantil conforme demanda necessária em especial na faixa etária 0 a 3 anos.
6	A qualidade da educação está vinculada ao preparo e à valorização dos profissionais que atuam na área, enfatizando o crescimento pessoal e profissional.	89	Incentivar os professores e trabalhadores da educação a buscarem o aprimoramento de seus saberes e a qualificação profissional, valorizando-os.
		90	Promover formações continuadas para os professores e trabalhadores da educação, relacionadas às questões étnicas, linguísticas, religiosas e de gênero, de forma a contemplar a diversidade e abordar temas variados que envolvam valores significativos para a formação de um cidadão mais humano, consciente e crítico.
		91	Garantir a formação continuada de professores e trabalhadores da educação que contemple seus anseios e a realidade escolar em que atuam.

	reaproveitar os materiais, aplicando os 5Rs (repensar, recusar, reduzir, reutilizar, reciclar).	263	Sensibilizar os alunos e suas famílias, a sociedade e os poderes públicos, a fim de conscientizar sobre os riscos de assumir uma postura consumista e de produção excessiva de resíduos, mostrando que o uso indiscriminado de produtos industrializados aumenta a produção de resíduos e afeta diretamente a preservação do meio ambiente.
		264	Incentivar práticas de controle do consumo no intuito de evitar o desperdício.

		246	Analisar dados levantados na auditoria ambiental, identificando focos de problemas ambientais na comunidade escolar, a fim de criar planos de ação sustentáveis que envolvam todos os segmentos escolares.
		247	Utilizar materiais reaproveitáveis e/ou recicláveis nas práticas pedagógicas, sempre que possível.
74	A educação ambiental para a sustentabilidade é pautada na efetiva participação dos sujeitos, sendo que a escola educa para o uso racional dos recursos naturais. A coleta permanente, a separação dos resíduos sólidos, a criação de espaços arborizados, hortas domiciliares/escolares, trocas solidárias, mobilização da comunidade para a resolução das questões ambientais são ações pedagógicas que promovem a sensibilização do cidadão.	248	Desenvolver novas formas de intercâmbios/trocas de saberes, serviços e produtos, baseados na solidariedade com vistas ao desenvolvimento sustentável.
		249	Buscar uma maior humanização no processo de gestão dos produtos escolares, a fim de valorizar a Economia Popular Solidária.
		250	Defender, sem discriminação, os direitos de todas as pessoas a um ambiente natural e social capaz de assegurar a dignidade humana, a saúde corporal e o bem-estar.
75	Os desafios do desenvolvimento humano requerem a adoção de políticas ambientais que promovam a sustentabilidade do Planeta, defendendo a necessidade das gerações atuais sem comprometer as gerações futuras.	251	Incentivar crianças e jovens da comunidade, formando eco-líderes para que sejam agentes de transformação e multiplicadores de modelos de vida que garantam a sustentabilidade de suas casas e cidades.
		252	Reconhecer o exercício da cidadania e apoiar as iniciativas de voluntariado vinculadas à política de responsabilidade ambiental da escola.
		253	Reivindicar a coleta seletiva como política pública.
		254	Discutir as políticas públicas de educação ambiental para uma vida mais sustentável.
76	O PPP (Projeto Político Pedagógico), enquanto construção participativa, deve almejar mudanças de comportamento em relação aos hábitos de consumo e à preservação ambiental.	255	Elaborar PPP (Projeto Político Pedagógico) e Planos de Estudos que contemplem a sustentabilidade ambiental no currículo escolar.
		256	Promover o comprometimento de todos os componentes curriculares, na educação para a sustentabilidade.
77	A escola valoriza a educação no campo e as práticas agrícolas, além de considerar e respeitar as tecnologias desenvolvidas pelos sujeitos que vivem no campo, ampliando e difundindo os estudos para a comunidade local.	257	Valorizar a história e a cultura de cada comunidade ao reconhecer a importância da cultura agrícola, da valorização de sementes crioulas e nativas, debatendo, comparativamente, culturas ancestrais e contemporâneas, especialmente os atuais impactos socioambientais causados por seus modelos produtivos.
		258	Buscar alternativas de agroecologia, plano de manejo comunitário e florestal, para a identificação das fragilidades e potencialidades dos biomas e ecossistemas locais.
		259	Compartilhar o conhecimento e estimular a permanência no campo, desenvolvendo consciência crítica para analisar, respeitar e usufruir das realidades rural e urbana, a fim de buscar uma cultura de sustentabilidade.
78	A escola oferece uma alimentação balanceada, natural e saudável, reduzindo o desperdício de alimentos e evitando o uso exagerado de produtos industrializados.	260	Promover a conscientização da comunidade escolar, quanto à importância da alimentação saudável, por meio de campanhas educativas e palestras.
		261	Diversificar a merenda escolar contemplando os alimentos naturais e orgânicos, preferencialmente locais.
79	A escola repensa as ações ambientais do cotidiano, partindo do pressuposto de que precisamos reduzir o consumo, reciclar e	262	Valorizar o trabalho desenvolvido pelas usinas de reciclagem locais e pelos trabalhadores autônomos.

		92	Garantir a formação continuada aos professores em sua jornada de trabalho, de maneira compatível com as necessidades da escola.
		93	Garantir um terço de hora atividade previsto na Lei Federal número 1738/2008.
7	A educação integral visa ao desenvolvimento do ser humano em todos os seus aspectos de modo a ajudá-lo a se constituir enquanto cidadão.	94	Oferecer às crianças e aos adolescentes atividades complementares, no contraturno escolar, que possibilitem a ampliação das aprendizagens e contemplar espaços físicos adequados e profissionais qualificados e/ou com experiência nas diversas áreas propostas.
		95	Promover parcerias que viabilizem atividades complementares no contraturno escolar, contemplando espaços físicos adequados.
		96	Oportunizar ações que levem à elaboração de um currículo coletivo para o desenvolvimento de conteúdos significativos, integrando, ao trabalho de sala de aula, situações desafiadoras e investigativas, necessárias para a promoção da cidadania.
8	O currículo em constante evolução organiza o conhecimento construído coletivamente e agrega diversos significados e visões de mundo. Este currículo viabiliza a formação de um sujeito crítico, que supera desafios, autônomo, responsável e comprometido com a sustentabilidade.	97	Desenvolver a democratização do conhecimento, a fim de promover a sustentabilidade, a inclusão social e a diversidade cultural.
		98	Oportunizar uma educação de indivíduos criativos, capazes de entender e relacionar os conhecimentos, assumir responsabilidades e trabalhar em equipe.
		99	Revisar, periodicamente, no período máximo de dois anos, ou sempre que necessário, o PPP (Projeto Político Pedagógico), Plano de Estudos e Regimento Escolar, considerando os avanços das pesquisas referentes à educação, com a participação de toda a comunidade escolar.
9	Currículo é um conjunto, intencionalmente selecionado, de estudos, aprendizagens, conhecimentos científicos e saberes oriundos da comunidade. Caracteriza-se como um instrumento de compreensão do mundo e de transformação social que abrange os processos educativos.	100	Potencializar a pesquisa socioantropológica, que valoriza o conhecimento da comunidade escolar e constitui um momento de escuta e reflexão, a fim de planejar um currículo que leve em consideração as necessidades da comunidade na qual a escola está inserida.
		101	Contemplar, no currículo escolar, todas as áreas do conhecimento, com o objetivo de desenvolver integralmente o aluno ao oportunizar a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares.
		102	Possibilitar que o aluno expresse suas ideias e desenvolva autonomia e reflexão crítica em todo o processo de construção do conhecimento.
10	O currículo é algo vivo dentro da escola, que acontece no dia-a-dia das relações interpessoais, nas trocas e vivências, num processo que gera mais conhecimentos e saberes e desenvolve habilidades e competências.	103	Considerar as experiências que os alunos vivenciam fora do ambiente escolar, utilizando-as para planejamento e intervenção pedagógica ao proporcionar atividades de pesquisa e projetos.
		104	Realizar atividades pedagógicas que discutam questões relacionadas aos afro-descendentes, indígenas, às comunidades de imigrantes, às variações linguísticas.
11	A diversidade de culturas e conhecimentos construídos pelos diferentes grupos sociais deve ser contemplada no currículo da escola cidadã de maneira interdisciplinar.	105	Garantir no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, bem como nas relações, o reconhecimento e a valorização da diversidade e das diferenças.
12	O currículo favorece a aprendizagem significativa dentro de uma perspectiva lúdica e de apropriação do meio escolar, para levar os alunos ao desenvolvimento da autonomia e de suas potencialidades a fim de contemplar as diferentes linguagens e áreas do conhecimento.	106	Promover atividades lúdicas que oportunizem vivências significativas e respeitem as etapas de desenvolvimento infantil, a fim de possibilitar a formação integral do sujeito e ampliar conhecimentos.

13	Na Educação Infantil, consideram-se as necessidades e desejos das crianças. Seu currículo contempla o brincar, as diferentes formas de expressão e de aprendizagem, assim como o cuidar e o educar de maneira indissociável.	107	Proporcionar ao aluno construções coletivas que valorizem a opinião de cada um, considerando a ludicidade como linguagem de aprendizagem.
14	Os recursos proporcionados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são essenciais para a educação. Exigem capacitação e reflexão sobre seu uso e a elaboração de uma proposta de trabalho que contemple as necessidades da comunidade escolar.	108	Assegurar, através da mantenedora, profissionais capacitados e espaços para uso das tecnologias, de acordo com a realidade na qual a escola está inserida, valorizando os profissionais da educação como articuladores do conhecimento no ambiente escolar.
		109	Incorporar as tecnologias da informação e da comunicação na prática pedagógica inovadora, a fim de promover novas possibilidades de construção do conhecimento, de inserção social e de cidadania.
15	Currículo é o conjunto de elementos e ações que compreende o conhecimento como um processo contínuo que respeita as etapas do desenvolvimento do ser humano. O currículo em movimento é uma trajetória em busca de autonomia, através de um ensino- aprendizagem que promova a pesquisa, a interação, a compreensão da realidade, as experiências de vida e que vise à mudança e ao crescimento dos indivíduos e da comunidade.	110	Proporcionar aos alunos momentos que promovam o conhecimento de diferentes culturas.
		111	Problematizar o currículo que beneficia determinadas culturas e práticas em detrimento de outras.
16	O letramento compreende relacionar a leitura do mundo com a leitura da palavra através das diferentes práticas sociais.	112	Desenvolver práticas lúdicas, enfatizando o letramento e alfabetização no 1º bloco do Ensino Fundamental.
17	A expressão, a comunicação, a fruição e a produção cultural são fundamentais no ensino das áreas do conhecimento, considerando as especificidades de cada linguagem.	113	Viabilizar a formação holística dos alunos, através do desenvolvimento de seu potencial atuante, crítico, artístico, lúdico, bem como das diversas expressões de linguagem.
		114	Primar pela (re)construção curricular das áreas do conhecimento para contemplar as diferentes linguagens.
		115	Oportunizar, no currículo escolar, espaços em que os saberes prévios, os desejos, as necessidades e as diversas linguagens, por meio dos quais as crianças se expressam e aprendem, satisfaçam seus anseios e necessidades.
18	A escola deve construir o currículo a partir do seu contexto e, ao desenvolver o seu PPP (Projeto Político Pedagógico), deve respeitar as diferenças individuais, pois cada aluno tem o seu tempo, ritmo e intensidade de aprendizagem.	116	Respeitar o ritmo de aprendizagem do aluno, observando seu construto sócio-histórico, político e cultural.
		117	Oportunizar ao aluno um atendimento diferenciado que respeite suas características de aprendizagem, prevendo propostas de atendimento especializado em laboratório de aprendizagem, salas de recursos multifuncionais, núcleo de apoio pedagógico ou outros atendimentos disponíveis na rede conforme a singularidade de cada sujeito, de maneira que o número de profissionais esteja adequado as demandas.
		118	Garantir a flexibilidade curricular, oportunizando, assim, adaptações curriculares conforme as potencialidades e subjetividades de cada aluno, quando necessárias.
19	A organização de espaços e tempos na escola não é estrutural neutra, ela pode limitar ou estimular as aprendizagens. É necessário que os espaços físicos da escola sejam adequados às necessidades do bom desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem.	119	Garantir espaço físico adequado para a oferta de atividades que favoreçam a permanência do aluno em atividades escolares em tempo integral, na própria escola ou em espaços da comunidade, com profissionais qualificados ou pessoas com notório saber reconhecido.

		234	Proporcionar aos alunos vivências e práticas ambientais que promovam o contato com a natureza e fortaleçam a educação para uma cultura de sustentabilidade, através de projetos que envolvam a comunidade e compartilhem as responsabilidades.
		235	Aderir aos projetos complementares, locais e regionais, voltados para a melhoria da qualidade de vida, ao estimular o uso equilibrado dos recursos naturais, o consumo de alimentos saudáveis e a valorização da economia local.
70	A educação ambiental é voltada para a conservação do ambiente, considerando-o bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e à sua sustentabilidade. Dessa forma, a escola deve ser responsável em oferecê-la no ensino formal, desde a Educação Infantil, e, de maneira informal, na comunidade.	236	Desenvolver a cultura de sustentabilidade no ambiente escolar, onde os alunos e suas famílias possam manter uma relação responsável, além de, coletivamente, intervir nos espaços e tempos da escola.
		237	Promover práticas sustentáveis que valorizam os saberes da cultura local e compreendam a realidade socioambiental.
		238	Promover momentos de repensar o cotidiano na escola com os professores, alunos, funcionários e familiares, sensibilizando-os para ações sustentáveis nos seus ambientes.
71	Uma escola comprometida com as questões ambientais busca a definição clara dos indicadores de sustentabilidade que nortearão as ações no seu contexto, bem como o debate com a comunidade local e regional.	239	Integrar, ao currículo escolar, os indicadores de sustentabilidade propostos pela Rede Municipal de Ensino.
72	A sensibilização da comunidade escolar para o equilíbrio ecológico e vulnerabilidade dos recursos naturais busca maneiras de preservá-los, reconhecendo o ser humano como sujeito integrado na natureza.	240	Estudar e compreender a importância da preservação dos rios e arroios, principalmente da bacia Sinos, participando de ações que envolvam o reconhecimento das áreas ribeirinhas do bairro onde se localiza a escola e o plantio de mata ciliar.
		241	Identificar problemas ambientais ao participar de ações de revitalização dos recursos naturais por meio de parcerias entre as Secretarias da Educação, do Meio Ambiente e outras instituições que promovam a preservação e limpeza desses espaços.
		242	Implementar a captação das águas provenientes da chuva para o seu reaproveitamento, garantindo a instalação de cisternas em todas as escolas, a fim de sensibilizar as pessoas e motivá-las para ações ambientalmente responsáveis. A mantenedora deve dispor os recursos materiais, técnicos e de mão de obra adequada para tal implementação.
		243	Estruturar a rede elétrica das escolas de maneira a torná-las racionais no que diz respeito à eficiência.
		244	Proporcionar, no ambiente escolar, vivências socioambientais educativas (hortas escolares, pátios verdes, composteiras, canteiros, flores, chás, árvores frutíferas, cuidado com os animais), estimulando a identidade afetiva.
73	Sustentabilidade é o uso equilibrado e ético dos recursos naturais do Planeta, visando à proteção das espécies e ecossistemas ao valorizar a vida, por meio de práticas pedagógicas de respeito com o ambiente e sua recuperação a curto, médio e longo prazo.	245	Planejar e executar ações, adequadas à faixa etária dos alunos, que incentivem hábitos saudáveis de separação dos resíduos, economia de água, luz, materiais diversos e de reutilização do resíduo reciclável, trocas solidárias e horta escolar com composteira, mobilizando também famílias e comunidade escolar.

		221	Construir uma escola voltada para as diversidades, onde cada sujeito contribua com suas vivências e experiências, mantendo a dignidade e a igualdade.
		222	Organizar o ambiente escolar como um espaço educativo acessível, em que todos são respeitados.
65	Currículo contempla a diversidade étnica, cultural, social e espiritual que envolve novos tempos e espaços de aprendizagem e que compreende a própria diversidade como pressuposto essencial na formação de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.	223	Incorporar, nas práticas pedagógicas, ações que favoreçam a participação de todos, de acordo com as leis nº 10.639/03 e a lei nº 11.645/08 (História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena), contribuindo para o aprimoramento de práticas e valores que respeitem e privilegiem a diversidade de experiências etnicorraciais no sistema de ensino.
		224	Valorizar e respeitar a diversidade cultural, étnica, artística, social e espiritual, partindo do conhecimento da história da sua origem como possibilidade de socialização de saberes e visões do mundo.
66	Alunos com necessidades educacionais especiais têm o direito a serem atendidos na rede regular de ensino, com atendimento educacional especializado. A inclusão desses alunos pressupõe a construção de um trabalho colaborativo que envolva todos os segmentos da comunidade escolar.	225	Oferecer o atendimento educacional especializado a todos os alunos com necessidades educacionais especiais em espaços com materiais adequados/adaptados, bem como com equipe multiprofissional especializada para auxiliar no seu desenvolvimento e garantir suporte a todos os profissionais da escola.
		226	Organizar a adaptação curricular de acordo com as necessidades do aluno, a fim de respeitar suas diferenças e particularidades e viabilizar o atendimento em turmas com número reduzido de alunos e professores de apoio, quando necessário.
67	A educação inclusiva na escola promove a eliminação de barreiras, orienta, organiza e efetiva a parceria com outras secretarias e redes de apoio no que se refere ao atendimento educacional especializado, à formação continuada e ao desenvolvimento de práticas que venham ao encontro das especificidades dos alunos.	227	Promover encontros sistemáticos entre os profissionais que atendem os alunos na escola, em espaços clínicos e extradassas.
		228	Fortalecer a parceria com a Rede de Atenção Intersetorial de forma descentralizada e territorializada, facilitando o acesso e a agilidade no atendimento ao aluno.
68	A escola percebe as múltiplas relações entre os seres humanos e o meio ambiente. Ela promove a aprendizagem adaptada às questões ecológicas para estimular o desenvolvimento sustentável, a valorização dos lugares, suas peculiaridades e diversidades, bem como os valores sociais e culturais, o estilo de vida, a cidadania, a ocupação e a gestão do território.	229	Desenvolver a capacidade de organização e zelo dos alunos quanto à preservação do ambiente escolar, comunitário e ambiental no qual convivem.
		230	Estruturar espaços pedagógicos que estimulem e favoreçam as possibilidades sensoriais, motoras, cognitivas e psíquicas, possibilitando o acesso dos alunos, bem como o estímulo à vivência de experiências diferenciadas.

### EIXO 6 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

PRINCÍPIOS		DIRETRIZES	
69	A educação ambiental é a construção de responsabilidades socioambientais entre escola e comunidade. Abrange a sustentabilidade, a segurança alimentar, os ecossistemas, a economia local, as espécies, a interação humana, a energia e as tecnologias sustentáveis. É um processo contínuo de aprendizagem interdisciplinar em um currículo que valoriza os aspectos locais, regionais e globais.	231	Sensibilizar a comunidade escolar no que se refere às questões socioambientais, incentivando práticas para mudar a realidade que temos e o meio em que vivemos.
		232	Procurar soluções para os problemas ambientais identificados, a fim de buscar a redução de gastos e evitar desperdícios.
		233	Garantir a participação das escolas no grupo de Coletivo Educador do município.

20	A ampliação e a qualificação do tempo do aluno na escola proporcionam mais e melhores condições de sucesso nas aprendizagens e de acesso e continuidade em estudos posteriores.	120	Oportunizar a ampliação do tempo de permanência do aluno no ambiente escolar, ou em espaços da comunidade, por meio de propostas pedagógicas no contraturno, com profissionais qualificados.
		121	Articular um trabalho em rede de atendimento com outras secretarias, a fim de garantir, ampliar e qualificar o processo pedagógico, inclusive baseado na pesquisa socioantropológica.
21	A implantação de um currículo em tempo integral deve ocorrer junto às comunidades e entidades do bairro onde as escolas estão situadas.	122	Adequar espaços comunitários para a realização de atividades pedagógicas, a fim de que o bairro e a cidade se transformem em grandes espaços educativos para todos os seus habitantes.
22	Os saberes produzidos na comunidade integram o currículo escolar.	123	Elaborar projetos de contraturno contemplando os saberes e características da comunidade, onde a escola está inserida.
23	Uma educação de qualidade se faz com estrutura física, material didático-pedagógico e recursos humanos com formação nas respectivas áreas do conhecimento.	124	Propiciar encontros de formação continuada, ampliando o entendimento docente quanto à construção do conhecimento dentro das suas respectivas áreas de atuação.
24	Os ambientes das instituições de educação infantil e ensino fundamental refletem uma concepção de educação e cuidado que respeita as necessidades de desenvolvimento dos alunos em todas as suas dimensões. Neste sentido, as salas e mobiliário das EMEFs precisam ser adequadas para a Educação Infantil.	125	Possibilitar, nos diferentes espaços que a escola possui, a realização de atividades que estimulem a construção do conhecimento.
25	A escola é um ambiente acolhedor e lúdico que respeita os alunos como sujeitos de direitos e deveres, compreendendo suas necessidades, características e experiências próprias.	126	Viabilizar ao aluno o desenvolvimento de habilidades que promovam a busca do conhecimento, o desenvolvimento do pensar, a imaginação e a criatividade.
		127	Valorizar e viabilizar a corporeidade, a educação dos sentidos, o movimento, o lúdico, o convívio e o contato com a natureza.
26	A escola é um espaço de construção do conhecimento que considera a história dos sujeitos, suas experiências, seus saberes e sua diversidade cultural.	128	Valorizar os saberes/experiências do aluno como ponto de partida para a aquisição do conhecimento, construído ao longo da história da humanidade, necessário para seu crescimento pessoal/social.
		129	Articular parcerias com a comunidade escolar, com o poder público e privado para qualificar o atendimento e os espaços educativos.
27	A parceria da família na escola visa promover a interação e comunicação entre os diversos membros envolvidos na aprendizagem dos alunos, o que torna o conhecimento significativo e transformador.	130	Dialogar com a comunidade, por meio da promoção e participação em assembleias, debates, conferências, conhecendo suas características e especificidades, a fim de proporcionar ao aluno a possibilidade de transformação do seu meio.

### EIXO 2 – AVALIAÇÃO

PRINCÍPIOS		DIRETRIZES	
28	Avaliação é um processo contínuo, diagnóstico, participativo e reflexivo com o intuito de acompanhar o ensino e a aprendizagem de todos os envolvidos, considerando os conhecimentos e os saberes de cada um. Todos os segmentos da comunidade são corresponsáveis no processo de construção e avaliação do conhecimento. O sucesso do aluno não depende só da orientação e estímulo do professor, mas também da	131	Utilizar diferentes instrumentos avaliativos para diagnosticar e qualificar o processo de ensino-aprendizagem ao contemplar todas as áreas do conhecimento. Com isso, valorizar os saberes e as bagagens culturais, como também as particularidades individuais e coletivas.
		132	Oportunizar a participação de todos os segmentos da comunidade escolar nos processos avaliativos.

	responsabilidade da família, da motivação interna de cada aprendiz, bem como das contribuições do contexto social em que está inserido.	133	Buscar conhecer a realidade dos alunos e valorizar seus conhecimentos, criando alternativas pedagógicas adequadas a essa realidade.
		134	Avaliar, discutir e rever o Projeto Político Pedagógico, os Planos de Estudos, as metodologias e a avaliação, periodicamente, com a participação da comunidade escolar, embasando-se em documentos legais e referenciais teóricos.
		135	Promover encontros de avaliação com todos os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.
		136	Promover tempos e espaços que atendam às necessidades de resgatar as aprendizagens significativas dos alunos.
29	Avaliação é um processo fundamental para uma educação de qualidade que respeita as diferenças, os ritmos e o desenvolvimento das aprendizagens individuais. Visa analisar resultados, refletir a relação ensino-aprendizagem, identificar as dificuldades e os conhecimentos dos alunos, bem como promover o acesso, a permanência e o sucesso de todos.	137	Valorizar todas as atividades pedagógicas realizadas pelos alunos, a fim de possibilitar diferentes oportunidades para o processo de ensino-aprendizagem.
		138	Avaliar individualmente cada aluno no seu processo de construção de conhecimento, valorizando sua experiência de vida.
30	Avaliação deve oportunizar ao aluno a vivência da cidadania, através da participação e do comprometimento com sua formação escolar. Deve considerar as especificidades e as necessidades de atendimento diferenciado e/ou especializado, com o qual é possível acompanhar o desenvolvimento, os progressos e as conquistas, sendo cada um parâmetro de si mesmo.	139	Utilizar a avaliação como ferramenta para o planejamento da prática pedagógica e acompanhamento dos alunos, considerando os conhecimentos, saberes e as potencialidades de cada aluno.
		140	Promover encontros entre todos os envolvidos no desenvolvimento da aprendizagem do aluno.
31	Avaliação é uma reflexão constante, que objetiva redimensionar, qualificar o trabalho, reorganizar a ação pedagógica do professor, a fim de perceber os avanços dos alunos e traçar estratégias de ação para superar dificuldades de forma processual e integral, em todas as instâncias da escola.	141	Acompanhar, constantemente, o crescimento e a evolução da aprendizagem por meio de diferentes instrumentos de avaliação.
		142	Reconhecer a avaliação como um elemento de estímulo à construção e reconstrução da aprendizagem.
		143	Promover meios e recursos para qualificar os processos de ensinar, aprender e avaliar.
32	A autoavaliação de todos os sujeitos e segmentos envolvidos no processo educacional é parte fundamental na revisão da ação-reflexão-ação.	144	Promover o conselho de classe participativo, a autoavaliação do aluno em relação ao seu envolvimento com os estudos, autoavaliação dos responsáveis quanto a sua participação nas atividades escolares e a aprendizagem do aluno, bem como a autoavaliação dos professores sobre sua prática.
		145	Contemplar a autoavaliação e avaliação Institucional no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, valorizando a opinião de todos os segmentos da comunidade escolar no que diz respeito às práticas educacionais.
33	Avaliação, como um dos eixos reorganizadores do processo de aprendizagem, deve ser contemplada no Projeto Político Pedagógico de cada instituição escolar, em consonância com os Planos de Estudos, princípios e diretrizes da Conferência Municipal de Educação, bem como voltada à qualidade da aprendizagem e ao sucesso do aluno acima de toda e qualquer burocracia.	146	Fundamentar no PPP (Projeto Político Pedagógico) a concepção avaliativa.
		147	Promover o planejamento pedagógico coletivo, possibilitando coerência, qualificação e articulação das práticas avaliativas da escola.
34	Avaliação, como ato crítico, individual e coletivo, ocorre através de vários instrumentos que fornecem subsídios para a reflexão da prática e a efetivação do acompanhamento do processo	148	Propor instrumentos diversificados de avaliação que contemplem os diferentes tipos de conteúdos: conceituais, procedimentais e atitudinais.

		203	Contemplar no currículo e nos documentos oficiais da escola, a temática História e Cultura Afro-Brasileira, Africana, Indígena e demais etnias.
		204	Considerar, no currículo escolar, os registros e dados da pesquisa socioantropológica que contemplam os diferentes saberes da comunidade.
60	A mantenedora, em parceria com a escola, realizará as adequações necessárias para a acessibilidade dos alunos e da comunidade, de acordo com as normas técnicas da ABNT- NBR lei nº 9050/2004.	205	Adequar os prédios escolares, a estrutura do espaço físico, dos recursos pedagógicos e humanos para qualificar o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.
		206	Organizar o ambiente escolar como um espaço educativo acessível.
61	A educação inclusiva e a diversidade devem ser contempladas no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola, a fim de qualificar o trabalho pedagógico e minimizar a repetência e a evasão escolar.	207	Especificar, no PPP (Projeto Político Pedagógico), o processo de acompanhamento de alunos com necessidades educacionais especiais que garante o acesso, a permanência e a aprendizagem na escola.
		208	Oportunizar momentos de diálogo e reflexão entre a comunidade escolar a respeito de questões sociais e culturais.
		209	Inserir, no PPP (Projeto Político Pedagógico), as diretrizes das leis 10639/03 e 11645/08 que tratam da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, sempre que necessário, adequando-se à legislação vigente.
		210	Garantir no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola ações e estratégias pedagógicas que minimizem a repetência e a evasão escolar.
62	A qualificação profissional e a formação continuada são fundamentais para o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.	211	Garantir suporte a todos os profissionais da escola através de um espaço de escuta e apoio proporcionado pela escola e mantenedora.
		212	Qualificar profissionais para que se tomem multiplicadores de práticas educativas que promovam o respeito e a valorização da diversidade no âmbito escolar.
		213	Garantir momentos de estudo para a formação continuada dos profissionais de educação voltada à inclusão e à diversidade.
		214	Organizar encontros com os profissionais que atuam junto aos alunos com necessidades educacionais especiais, para que reflitam sobre a prática e ampliem as alternativas e estratégias pedagógicas de uma educação de qualidade.
		215	Ampliar os estudos no campo da educação, dos direitos humanos, da legislação, das práticas educacionais e da gestão educacional.
63	A diversidade cultural deve ser valorizada, (re)conhecida, respeitada, compartilhada, discutida e contemplada no currículo escolar.	216	Reconhecer e respeitar a diversidade de culturas presentes no cotidiano escolar, incentivando uma pedagogia de valorização das diferenças.
		217	Envolver alunos, pais e comunidade em geral de forma a valorizar aspectos das diferentes culturas existentes.
		218	Estimular o diálogo na comunidade escolar, valorizando o respeito à diversidade.
64	A educação inclusiva pressupõe a diversidade, portanto, deve promover ações que contemplem a diferença e propiciem aprendizagens significativas ao levar em conta as possibilidades de cada aluno.	219	Proporcionar reflexões, discussões e práticas que envolvam a diversidade cultural, inclusão e igualdade.
		220	Reconhecer a escola como um espaço onde a pluralidade e a contradição desafiam o aprender e o ensinar.

		189	Inserir um trabalho sistematizado de gestão de conflitos no dia-a-dia e no PPP - Projeto Político Pedagógico - da escola, compreendendo a existência do conflito como matéria-prima na construção do convívio democrático entre as pessoas.
		190	Viabilizar a resolução de conflitos na escola para uma melhor convivência interpessoal, através de um conselho mediador e conciliador.
54	A Escola Cidadã, comprometida com a educação, promove regras que são desdobramentos dos princípios de convivência.	191	Construir, coletivamente, regras de convivência que respeitem a relação de parceria e bem comum, divulgando-as junto à comunidade escolar.
		192	Criar um pacto coletivo para legitimar as normas de convivência.
55	A Escola Cidadã faz uso de sanções por reciprocidade que oportunizam a reflexão sobre os atos e a relação entre as ações e suas consequências, entendendo o diálogo como ferramenta indispensável para a equidade entre os pares.	193	Criar, coletivamente, sanções por reciprocidade que mostrem aos alunos a diferença entre castigo e sanção, levando-os a compreender que é preciso refletir sobre seus atos, pois eles têm consequências.
		194	Rejeitar o castigo, pois representa a arbitrariedade do uso do poder e uma forma de punição que não se vincula à regra transgredida.

### EIXO 5 – INCLUSÃO, DIVERSIDADE E IGUALDADE

PRINCÍPIOS		DIRETRIZES	
56	A educação inclusiva está inserida num processo histórico, social, cultural e pedagógico. Implica em ações políticas que contemplem o respeito à diversidade, à igualdade, às peculiaridades e às necessidades de cada aluno.	195	Promover a educação inclusiva na proposta pedagógica, assegurando a implementação das políticas públicas que contemplem legislação pertinente à inclusão, diversidade e igualdade a todos os alunos.
57	A educação inclusiva necessita de parceria, entre escola e família e equipes intersetoriais que favoreça o diálogo entre toda a comunidade, a fim de rever conceitos, romper paradigmas e agregar novas concepções na construção de uma escola para todos.	196	Implementar propostas que envolvam a família, comunidade e demais segmentos da sociedade como parceiros no processo de inclusão.
		197	Sensibilizar a família para a importância de sua participação no acompanhamento do processo de aprendizagem do aluno.
58	Todo aluno tem direito à igualdade de acesso e permanência em todos os espaços de aprendizagem, de forma a cumprir os princípios constitucionais, independente de classe social, raça, etnia, gênero, crença e necessidades educacionais especiais.	198	Oportunizar e garantir a participação dos alunos em todas as atividades de educação integral, observando suas potencialidades e necessidades ao buscar recursos e atividades diversificadas.
59	A construção do currículo escolar contempla as diferenças e a efetiva aprendizagem de todos, com práticas educativas que valorizem os diversos conhecimentos e a singularidade de cada aluno.	199	Oportunizar momentos de convívio e discussão das diferenças na escola e no ambiente familiar, promovendo a participação de todos os alunos nas atividades curriculares e extracurriculares.
		200	Elaborar, coletivamente, um currículo que contemple as diferenças, adequando-o a cada aluno com necessidades educacionais especiais.
		201	Organizar, no currículo escolar, temas que visem ao resgate de valores, à promoção da autoestima, ao fortalecimento de identidades e direitos, à convivência saudável, ao cumprimento dos deveres sociais, ao respeito às características individuais e às diferenças.
		202	Construir estratégias pedagógicas e de recursos humanos que possibilitem que todos possam aprender juntos, cada um no seu ritmo, de acordo com suas potencialidades.

	ensino-aprendizagem.	149	Compreender e acompanhar as etapas de desenvolvimento do aluno.
		150	Elaborar e implementar propostas, durante o ano letivo, que visem à aprendizagem plena do aluno com recursos físicos e humanos de acordo com a necessidade e realidade de cada escola.
35	A escola que discute, habitualmente, suas concepções de currículo de conhecimento, de ser humano, de sociedade e de educação, pensa um projeto pedagógico fundamentado em princípios e valores comprometidos com a cidadania.	151	Refletir constantemente sobre as práticas pedagógicas na escola.
		152	Pensar e repensar, através de avaliações institucionais, as práticas pedagógicas na escola.
36	Os parâmetros de avaliação do processo de ensino e aprendizagem se baseiam no tipo de sujeito e sociedade que queremos construir, assim como nas circunstâncias contextuais dos sujeitos envolvidos.	153	Valorizar as diferentes aprendizagens construídas pelo aluno, buscando aprimorar seu crescimento integral e mobilizar seu interesse e curiosidade por novos conhecimentos.

### EIXO 3 – GESTÃO DEMOCRÁTICA

PRINCÍPIOS		DIRETRIZES	
37	A gestão democrática consiste na participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar na organização, construção e avaliação dos projetos políticos pedagógicos, bem como na administração dos recursos e processos decisórios da escola.	154	Oportunizar momentos de participação de toda a comunidade nos processos escolares, a fim de cumprir com o seu papel colaborador, considerando os diferentes aspectos sociais e a diversidade cultural da comunidade.
		155	Trabalhar com a comunidade escolar no intuito de reforçar a parceria entre família e escola.
		156	Avaliar o trabalho da instituição escolar, através de encontros, debates e discussões acerca das questões pedagógicas, administrativas e de participação coletiva.
38	A gestão democrática é um processo de descentralização de poder e de participação da comunidade escolar no processo educativo.		
39	Na gestão democrática, a participação da comunidade escolar é fundamental na tomada de decisões e favorece a construção de uma sociedade justa, igualitária, autônoma e participativa.	157	Incluir, no PPP (Projeto Político Pedagógico) e nos Planos de Estudos, atividades que envolvam discussões e tomadas de decisões, ampliando a consciência crítica e a participação responsável de todos os segmentos escolares.
		158	Oportunizar espaços de escuta e discussão em atividades escolares que estimulem a participação da comunidade no exercício do processo democrático.
40	A escola gerida de forma democrática compreende a eleição direta para diretores e a implementação de Conselhos Escolares como fortalecimento da autonomia de todos os envolvidos no processo educativo.	159	Embasar o processo democrático de eleição dos diretores de escolas da Rede Municipal de Ensino com a efetiva participação e o direito ao voto por toda a comunidade escolar (professores, funcionários, alunos pais e ou responsáveis).
		160	Constituir e implementar, na escola, o Conselho Escolar, com a finalidade de envolver a participação da comunidade escolar, de acordo com a legislação vigente.
41	A gestão escolar democrática viabiliza, de forma participativa, o envolvimento de toda a comunidade escolar na elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico, dos Planos de Estudos e do Regimento Escolar.	161	Elaborar, coletivamente, o Regimento Escolar, o Projeto Político Pedagógico e os Planos de Estudos.
		162	Identificar, através da pesquisa socioantropológica, as necessidades educacionais da comunidade para que sejam contempladas no currículo escolar.

		163	Garantir momentos de estudo, dentro do turno de trabalho, para que todos os profissionais possam participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, Planos de Estudos e Regimento Escolar.
42	A gestão democrática envolve a participação, o comprometimento e a responsabilidade dos segmentos escolares na tomada de decisões que fortaleçam os valores éticorraciais, éticos e morais.	164	Promover o Conselho de Classe Participativo, em que a comunidade escolar possa contribuir com o processo avaliativo.
		165	Proporcionar o trabalho com as representações da comunidade escolar como um exercício de cidadania e de construção da democracia.
		166	Fortalecer, incentivar e valorizar a participação dos pais ou responsáveis nos momentos culturais e pedagógicos elaborados pela escola.
43	A Escola Cidadã promove o exercício da cidadania e suscita as discussões sobre os direitos e os deveres de toda a comunidade escolar. Possibilita, inclusive, que o calendário da escola seja construído coletivamente, respeitando as peculiaridades locais e as normas da mantenedora.	167	Constituir um ambiente acolhedor que favoreça as decisões e valorize a opinião de toda a comunidade escolar, através do diálogo e da busca pelos seus interesses.
		168	Criar estratégias para garantir a participação e o comprometimento da comunidade nas decisões escolares, em todos os âmbitos.
44	A gestão democrática promove a autonomia financeira da escola, sendo dever de todos, prioritariamente da mantenedora, garantir às escolas boas condições estruturais e acompanhar a aplicação adequada das verbas em manutenção, construção, conservação e aquisição de equipamentos adequados ao ensino.	169	Apresentar a toda comunidade escolar os recursos captados e recebidos de verbas federais, municipais e de APEMEM, a fim de definir, conjuntamente, as prioridades de aplicação.
		170	Investir, com responsabilidade, os recursos financeiros previstos em orçamento para viabilizar o processo pedagógico.

48	A ética e a autonomia pressupõem o reconhecimento dos direitos dos outros, baseados nos princípios da igualdade, equidade, reciprocidade e respeito mútuo ao garantir o bem-estar social.	177	Criar Grêmio Estudantil em que os alunos (devidamente eleitos como representantes dos estudantes) insiram-se nas discussões acerca da escola (direitos, deveres, planos de ação).
49	A escola é um espaço para todos, portanto, é uma instituição de educação que promove, sistemática e permanentemente, condições para que os segmentos que a compõe desenvolvam valores, atitudes, habilidades e competências cognitivas, sociais e culturais compatíveis com o exercício pleno da cidadania.	178	Oportunizar momentos/situações/reflexões que levem ao desenvolvimento da autonomia e visem à formação de um cidadão consciente de seus direitos e deveres na convivência em sociedade.
50	O ser humano constrói e transforma a sociedade a partir das suas relações com o outro e o meio, compartilhando valores, culturas e educação recebidos da família e da comunidade.	179	Propiciar a participação dos alunos em atividades que permitam a adoção de atitudes cooperativas, solidárias e de respeito mútuo, sem discriminar os demais pelo desempenho que apresentam ou por razões sociais, físicas, de gênero e culturais.
		180	Contemplar, no PPP (Projeto Político Pedagógico), a valorização do diálogo e a importância da convivência.
		181	Articular, no cotidiano escolar, ações que promovam senso de justiça e condições de igualdade, equidade, reciprocidade e respeito mútuo para qualificar as relações humanas na escola.
		182	Promover reflexões e troca de experiências que estimulem a ajuda mútua, o respeito, a solidariedade, o trabalho voluntário e a inclusão social e, desta forma, desenvolver uma convivência coletiva mais harmoniosa.
51	A interação família-escola é indispensável ao pleno desenvolvimento dos alunos, à convivência saudável no ambiente escolar, bem como à construção de uma sociedade justa, com igualdade de direitos e respeito à diversidade.	183	Garantir a articulação intersetorial da Secretaria Municipal de Educação e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Social, do Conselho Tutelar e Promotoria da Infância e Juventude na busca de possíveis soluções de problemas que ocorram no cotidiano escolar.
		184	Conscientizar as famílias sobre a importância de sua participação, estimulando-as a buscar informações sobre os seus filhos e a tomar medidas em relação às dificuldades de convivência junto à escola, pois a disciplina também é responsabilidade da família.
		185	Incentivar a participação das famílias no Conselho Escolar, no Conselho de Classe Participativo, na APEMEM – Associação de Pais e Mestres das Escolas Municipais, em assembleias e diferentes atividades promovidas pela escola.
		186	Estabelecer, no regimento da escola, critérios de participação dos pais na vida escolar do aluno, de forma a garantir os direitos consagrados no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).
52	A escola, fundamentada nos princípios da Escola Cidadã, constitui-se como um espaço democrático em que a comunidade escolar, através do diálogo e do trabalho colaborativo, elabora, avalia e reformula princípios e regras de convivência a partir de sua realidade.	187	Oportunizar espaços de discussão, com participação efetiva da comunidade escolar, sobre os direitos e deveres de todos, bem como promover a construção, a avaliação e a reformulação de regras de convivência que protejam e valorizem a vida.
53	A escola é um espaço de diferentes ideias e percepções mediadas através de diálogo e estabelecimento de regras construídas, coletivamente, pela comunidade escolar.	188	Construir um ambiente educativo, pautado no diálogo, no reconhecimento e no respeito do espaço do outro, por meio da consciência dos direitos e deveres de cada um.

EIXO 4 – PRINCÍPIOS DE CONVIVÊNCIA			
PRINCÍPIOS		DIRETRIZES	
45	Os princípios de convivência buscam a formação da cidadania plena, a valorização do ser humano, o respeito aos outros e a si próprio, o desenvolvimento do senso crítico, a responsabilidade social e patrimonial, constituindo a escola como um espaço democrático.	171	Garantir espaços em que a cidadania, a valorização do ser humano, o respeito aos outros, o exercício do senso crítico e a responsabilidade social e patrimonial sejam praticados, para que se estabeleçam relações de respeito no processo de construção do conhecimento.
46	A comunidade escolar tem como princípio de convivência priorizar o respeito mútuo, alicerce de todas as relações de convivência humana, a solidariedade, o diálogo, o trabalho colaborativo e a ampla participação de todos.	172	Estimular a solidariedade e o respeito, a fim de estabelecer convívio acolhedor entre a escola e a sua comunidade e de criar estratégias para integração dos diversos segmentos. Dessa forma, objetiva-se a integridade e dignidade do ser humano na sua relação com os outros e com o meio.
47	A cidadania, entendida como participação social e política, requer, no cotidiano, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças. Combate toda e qualquer forma de discriminação, seja de gênero, sexualidade, de classes sociais, de crenças, de etnias ou outras diversidades individuais e sociais.	173	Respeitar as diferenças e investir nas possibilidades de aprendizagem na relação entre os sujeitos.
		174	Oportunizar atividades que resgatem valores fundamentais do convívio humano e possibilitem a construção coletiva de regras e ações de convivência.
		175	Contemplar no PPP – Projeto Político Pedagógico – a diversidade cultural, linguística, étnica, religiosa, de gênero, sexualidade e sujeitos com necessidades educacionais especiais.
		176	Cumprir a legislação estabelecida na Constituição Federal (art. 222), o Estatuto da Criança e Adolescente (art. 53) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.